

### Pautas para la presentación de la Propuesta de Políticas y Líneas de Acción (PLA)

El *PLA* es un informe original, presentado de modo sucinto, realizado a partir de la reflexión y los resultados del tema desarrollado en el transcurso de la investigación.

El objetivo del informe es enunciar los núcleos problemáticos y los conflictos sociales estudiados; los actores públicos y no estatales involucrados especificando sus posiciones, funcionamiento, tensiones y relaciones. El segundo aspecto se centra en proponer políticas públicas y/o medidas para la acción dirigidas a los partidos políticos, movimientos y organizaciones sociales, considerando sus diferentes dimensiones y contextos sectoriales y territoriales.

Con este perfil de informes CLACSO intenta ampliar la difusión de las investigaciones producidas por los/as académicos/as de América Latina y el Caribe, en el ámbito del pensamiento social y la acción política. Además, tiene la finalidad de transferir conceptos e instrumentos que contribuyan a repensar y abordar políticas públicas y acciones específicas, en diferentes campos del mundo de las relaciones y prácticas políticas.

Particularmente, se busca que estos informes incluyan proposiciones que favorezcan el diseño y aplicación de líneas de acción específicas, contemplando la identificación de actores e instituciones involucrados y/o el establecimiento de los escenarios contextuales que permiten el logro de los objetivos y resultados esperados.

El informe debe ser transmitido en un lenguaje claro, conciso y amigable, en lo posible sin citar autores ni otros trabajos, orientado a que su lectura resulte fácilmente comprensible para un conjunto de lectores diversos, amplio con distinta formación: investigadores, políticos, funcionarios, militantes y público en general. El PLA debe ser un texto autocontenido y NO debe remitir al informe o ensayos elaborado por el/a autor/a ni ser un resumen de dicho trabajo. Se sugiere NO anexar bibliografía.

Con la intención de facilitar la exposición y el acceso a su línea argumentativa, el *PLA* debe dividirse en tres partes. El documento debe ser completado dentro de esta misma plantilla. Se solicita mantener la estructura y no modificar los subtítulos.

#### Políticas y líneas de acción [PLA]

Nombre del/la autor/a: Aline Godois de Castro Tavares	Correo electrónico: <a href="mailto:Alinetavares00@gmail.com">Alinetavares00@gmail.com</a>
Institución: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP	Fecha de entrega: 14/12/2015
<b>Indicar un título breve y directo para el del documento. Máximo: 75 caracteres con espacios</b>	
Feminismo em disputa: debates sobre prostituição no feminismo brasileiro.	
<b>Resumen de los datos biográficos más relevantes del/la autor/a. Máximo: 150 caracteres con espacios</b>	
Mestra em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Substituta de História na Universidade Federal do Pará - Campus Cametá.	

<b>CINCO PALABRAS CLAVE</b>	<b>3. ABOLICIONISMO</b>
<b>1. PROSTITUIÇÃO</b>	<b>4. FEMINISMO DE ESTADO</b>
<b>2. MOVIMENTO DE MULHERES</b>	<b>5. FEMINISMO JOVEM</b>
<p><b>1. PRESENTACIÓN</b> Introducir los temas, problemas y escenarios estudiados, determinado los actores involucrados. Extensión: media página</p> <p>Este texto tem como objetivo analisar as disputas e tensões acerca do tema da prostituição dentro do ativismo feminista brasileiro, prestando especial atenção à discrepância entre posicionamentos de grandes organizações nacionais e a prática de grupos feministas menos expressivos.</p> <p>Argumento nessa pesquisa que há uma transformação em curso no ativismo feminista nacional em dois sentidos opostos: por um lado o fortalecimento da perspectiva abolicionista na arena pública de debate, impulsionada pelas políticas internacionais de combate ao tráfico de pessoas; por outro, o crescimento de articulações locais e regionais que aproximam grupos de jovens feministas de organizações de prostitutas, fortalecendo a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e laborais das trabalhadoras sexuais.</p> <p>Essas novas alianças entre grupos feministas não hegemônicos e grupos organizados de profissionais do sexo podem ser associadas às mudanças recentes no feminismo brasileiro, onde assistimos ao florescimento de um ativismo jovem que vêm ocupando a cena pública nos últimos cinco anos. Motivadas pelo slogan “meu corpo minhas regras”, essas ativistas priorizam o tema da violência sexual e questionam os padrões impostos à sexualidade feminina que são utilizados como argumentos para justificar tais violações. A centralidade do debate sobre corpo e sexualidade dentro de suas manifestações aproximou esses coletivos das ações irreverentes de organizações de prostitutas, que de forma coincidente, também repensam a construção dos padrões sexuais femininos para combaterem o estigma que envolve a prostituição.</p> <p>A parceria entre grupos de jovens feministas e associações de prostitutas vem rendendo importantes frutos e contribuindo para oxigenar os debates sobre prostituição dentro do ativismo feminista e também no próprio movimento de prostitutas. Fortalece a abordagem da prostituição de forma integrada a outras pautas importantes para o feminismo, valorizando-se o debate sobre auto-organização feminina, autonomia sexual e econômica da mulher, direitos sexuais e o combate à violência sexual e doméstica. Também favorece a inserção das organizações de prostitutas dentro de articulações feministas mais amplas, possibilitando sua participação das agendas tradicionais do feminismo.</p> <p>Entretanto, apesar do aumento de organizações feministas que se posicionam a favor da luta pelos direitos sociais e laborais das prostitutas, predomina uma forte hegemonia do discurso abolicionista nas esferas públicas de debate, em especial dentro de instituições como governos, Conferências, ONGs e partidos. Tal cenário é favorecido pelo grande investimento político e financeiro destinado às políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que propiciou espaço para a reorganização de posicionamentos abolicionistas antes dispersos.</p> <p>Além disso, assistimos desde 2003 à consolidação de um “Feminismo de Estado” que privilegia o diálogo com determinados segmentos feministas reconhecidamente abolicionistas, corroborando com a ideia de um pretense antagonismo entre movimento feminista e movimento de prostituta. Tal cenário tem como consequência a perpetuação da marginalidade política e social das trabalhadoras sexuais, blindando o Estado para o diálogo com entidades representativas desse segmento e criando um vácuo de direitos e políticas – sejam elas abolicionistas ou trabalhistas- que atendam às prostitutas.</p>	
<p><b>2. ANÁLISIS POLÍTICO</b> Realizar un breve análisis político o reflexión en relación con el objeto de estudio. Extensión: media página</p>	

As disputas a respeito do tema da prostituição no ativismo feminista brasileiro guarda relação com transformações mais gerais desse movimento nos últimos anos. Como destaca Piscitelli (2013), há o aumento de uma percepção negativa sobre a prostituição à medida que surgem grandes articulações nacionais empenhadas no diálogo com agências multilaterais e com o feminismo transnacional. Isso porque no Brasil, diferente do contexto anglo-saxão, a temática da prostituição nunca ocupou um lugar de destaque nos debates nacionais, caracterizado pela importância da luta contra a ditadura e pela dicotomia entre “pautas gerais” (economia, anistia, redemocratização) e “pautas específicas” (mulheres, negros, gays).

O diálogo com os debates feministas internacionais e o fortalecimento dos discursos abolicionista se intensifica com a criação da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) em 1994 e toma grande fôlego em 2000, com o surgimento da Marcha Mundial de Mulheres (MMM). Apesar de possuírem abordagens distintas, essas organizações contribuem para internacionalizar as pautas feministas: a AMB priorizando os acordos supranacionais formulados no espaço da ONU e a MMM se posicionando como um movimento anti-capitalista empenhado na articulação de diferentes grupos de mulheres no nível local e internacional (Faria 2005).

A MMM trouxe consigo importantes avanços para o movimento nacional, oferecendo uma visão crítica entre macroeconômica e a realidade da vida das mulheres, contribuindo para articular um importante movimento social com forte protagonismo popular. Trouxe em sua bagagem a luta contra a prostituição como uma pauta importante, promovendo uma atualização do debate abolicionista no cenário nacional, historicamente protagonizado por setores vinculados à Igreja Católica.

Tal perspectiva alcança rapidamente o cenário público de debate, tendo em vista a experiência política da MMM e a facilidade de diálogo que possuem com o poder público. Vale notar que há uma forte relação de proximidade entre esse movimento e o Partido dos Trabalhadores (PT), partido de esquerda que ocupa a presidência da república desde 2002. Apesar da MMM ser oficialmente apartidária, grande parte de suas lideranças participaram ativamente da fundação desse partido. Tal coincidência faz com que o Estado estabeleça um diálogo privilegiado com esse setor do feminismo, perceptível especialmente no quadro político da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), instância que até outubro de 2015 possuía o status de ministério.

É importante ressaltar que o aumento da visibilidade da perspectiva abolicionista dentro do Estado e nas arenas públicas de debate ocorre a despeito do protagonismo de entidades representativas de prostitutas e de outras vozes do feminismo. Vem crescendo o número de ativistas e grupos feministas que se solidarizam com a causa das trabalhadoras sexuais, seja por defenderem a legitimidade de sua da auto-organização, seja por entenderem o trabalho sexual como uma ocupação que deve ser resguardada por direitos. Essas vozes vêm aumentando na medida em que crescem mobilizações feministas dispostas a recolocar no cenário público o debate sobre corpo e sexualidade, uma lacuna deixada pelas grandes articulações que dominam a cena feminista desde os anos 2000.

Esse cenário traz como consequência a blindagem do Estado ao diálogo com entidades representativas do movimento de prostitutas e a ausência de políticas públicas voltadas para o segmento. Com exceção de ações direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS/SIDA e das políticas relacionadas ao tráfico de pessoas, é possível dizer que não há ações governamentais voltadas para as trabalhadoras sexuais, sejam elas no sentido de fortalecer direitos trabalhistas, seja programas de cunho abolicionistas destinados a promover sua inclusão social e econômica. Fortalece assim o hiato de direitos que acompanha historicamente as prostitutas, favorecendo a perpetuação de práticas regulamentaristas que promovem a exclusão, a perseguição e o confinamento das trabalhadoras sexuais.

### 3. PROPUESTAS

Conjunto de sugerencias y proposiciones en términos de políticas públicas y/o acciones orientadas a los movimientos sociales. En dos perspectivas temporales: de corte inmediato y de largo plazo o estructurales.

Extensión: una página

Para fins de sistematização, as propostas abaixo estão divididas em dois eixos: diálogo com o Estado e revisão legal dos ordenamentos jurídicos nacionais que versam sobre a prostituição.

#### 1- Diálogo com o poder público.

\* Reconhecer e valorizar o movimento organizado de prostitutas como parceiro político, realizando consultas públicas para a deliberação sobre assuntos que possam interferir na realidade das trabalhadoras sexuais.

\* Garantir a participação de organizações representativas de prostitutas nos espaços de formulação de políticas públicas destinadas ao segmento. Atualmente, as trabalhadoras sexuais participam apenas como usuárias, e quando muito, como executoras de políticas no campo do enfrentamento ao HIV/AIDS.

\*Devido ao forte antagonismo existente entre MMM e o movimento organizado de prostituta, existem grandes dificuldades de participação desse movimento nas Conferências de Políticas para as Mulheres, inviabilizando a entrada de suas demandas dentro do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Propõem-se que se crie um canal de diálogo específico para esse segmento dentro das ações da SPM, entendendo suas demandas como representativas de um segmento feminino que historicamente ocupa um lugar de vulnerabilidade social e que frequentemente é alvo de violência institucional e social. Deve haver uma consulta às organizações representativas de prostitutas sobre a melhor pasta dentro da SPM para abrigar a temática da prostituição.

\*Ampliação das políticas públicas na área da saúde destinadas às prostitutas. Atualmente, as iniciativas propostas pelo governo se restringem ao campo do enfrentamento ao HIV/AIDS. Restringir as ações no campo da saúde exclusivamente para a prevenção ao HIV contribui para reforçar o estigma da prostituição como foco transmissor de doenças sexualmente transmissíveis. Deve-se atentar para as demais demandas de saúde dessas trabalhadoras e criar políticas direcionadas ao cuidado com a saúde integral das mulheres prostitutas.

\* Formulação de políticas públicas que atendam às especificidades das diversas formas de trabalho sexual, levando em consideração a diversidade de serviços prestados, de perfil etário e social das trabalhadoras e as variadas dinâmicas de circulação que caracterizam os mercados do sexo.

\* Formação continuada de servidores públicos sobre o tema da prostituição - principalmente nas áreas de saúde, segurança e direitos sociais - coibindo práticas preconceituosas e abusivas por parte desses agentes.

\* Incentivo aos tradicionais projetos na área de comunicação desenvolvidos por organizações de prostitutas. Atualmente a comunicação tem sido uma ação central no movimento de prostitutas, através do qual se fortalece a identidade do movimento e capacita-se outras trabalhadoras sexuais sobre seus direitos e sobre a luta das prostitutas. Assim, diversas organizações desenvolvem projetos nessa área, resultando na produção de jornais, zines, filmes, desfiles e programas de rádio. Vale notar que os poucos recursos que ainda mantêm essas ações são provenientes de instituições internacionais.

\*Projetos que incentivem a formação de lideranças entre profissionais do sexo, contribuindo para fortalecer o movimento organizado e, por extensão, o diálogo entre governo e este movimento social.

#### 2- Revisão dos ordenamentos jurídicos e das ações penais que envolvem a prostituição.

\*Revisão dos artigos 228 e 229 do atual Código Penal Brasileiro que criminalizam estabelecimentos de prostituição e equipara a prostituição à "exploração sexual". Sugere-se que conste nesse ordenamento a distinção entre trabalho sexual forçado e prostituição voluntária de adultos, sendo essa última passível de direitos e de livre exercício. Nesse sentido, os estabelecimentos de prostituição não devem ser criminalizados, e sim regulados com leis trabalhistas específicas que garantam direitos às prostitutas que ali exercem o trabalho sexual.

\* Adequação do Código Penal Brasileiro ao Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em

Especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo). Há uma incompatibilidade entre esse Protocolo – que orienta o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil– e o Código Penal brasileiro. Tal descompasso cria ambiguidades nas políticas anti-tráficos e resultam em violações graves dos direitos das trabalhadoras sexuais. É necessária a revisão urgente do Código Penal brasileiro de modo a adequá-lo ao Protocolo de Palermo, ordenamento mais avançando em relação à garantia de direitos e proteção às trabalhadoras sexuais.

\* Revisão do Código Penal Brasileiro de modo a garantir a circulação livre e segura das trabalhadoras sexuais no exercício de sua atividade

\* Coibir práticas regulamentaristas ilegais por parte do Estado, que efetua contínua perseguição às prostitutas, submetendo-as à violência policial, ao confinamento forçado e restringindo seu direito de ir e vir.

\* Leis e políticas que incentivem a livre organização das prostitutas, seja em associações políticas ou em cooperativas de trabalho.